



MP-BA

LÍNGUA PORTUGUESA

EXERCÍCIOS	01
GABARITO	92

RACIOCÍNIO LÓGICO

EXERCÍCIOS	01
GABARITO	19

DIREITO ADMINISTRATIVO

EXERCÍCIOS	01
GABARITO	29

DIREITO CONSTITUCIONAL

EXERCÍCIOS	01
GABARITO	27

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EXERCÍCIOS	01
GABARITO	33

SUMÁRIO



Língua Portuguesa

.Instituto Consulplan - Ass Jur (PGE SC)/PGE SC/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)
Texto a seguir contextualiza o texto a seguir. Leia-o atentamente.

A Lei nº 12.636/2012 traz consigo um simbolismo singular, na medida em que reconhece a importância da atividade dos procuradores e procuradoras no controle de legalidade dos atos administrativos e na defesa intransigente do patrimônio público, exercendo um importante papel de agente colaborador para efetivação das políticas públicas.

Esse reconhecimento consta expressamente da justificção daquele ato normativo: “Trata-se de uma das mais nobres funções públicas conferidas ao serviço público nacional, posto lhe incumbir a defesa dos valores e interesses do Estado Democrático de Direito vigente em nosso país, conferindo concretude aos direitos e liberdades fundamentais estabelecidos em nossa Constituição Federal, à viabilidade das políticas públicas do Estado brasileiro e à estabilidade jurídica das ações governamentais”.

E não poderia ser diferente. A Advocacia Pública, prevista na Constituição de 1988 como uma das funções essenciais à Justiça, é um órgão de caráter permanente e próprio de Estado, e, por isso, de vital importância à segurança jurídica, à consolidação da democracia e à implementação dos direitos fundamentais pelas três esferas da Federação Brasileira.

Enaltecer a atuação da Advocacia Pública — como reconhece a Lei nº 12.636/2012 — é essencial não apenas para fins de memória, registro e resgate histórico, mas, sobretudo, para reafirmar a sua identidade e sua vocação institucional. Somente se mantém coerente com seu DNA quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência.

São as advogadas e advogados públicos quem entregam aos gestores: federal, estaduais e municipais as soluções jurídicas adequadas e aptas à concretização das necessidades da população, por meio de atuações na assessoria e na consultoria jurídica, no contencioso administrativo e judicial ou ainda no controle de juridicidade dos atos administrativos. A Advocacia Pública representa, pois, interesse público primário, interesse de toda a sociedade, e não meramente “secundário” ou “do aparelho governamental” (essa antiga distinção precisa ser repensada a partir de uma leitura atenta do desenho constitucional e do modelo de Estado estabelecidos pela CF 1988). Não por acaso, uma das razões da Advocacia Pública, se não a maior e mais importante, consiste em ser um instrumento de concretização de direitos fundamentais.

(Gustavo Machado Tavares. Revista Consultor Jurídico, 7 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar07/gustavo-tavaresdia-advocacia-publica-celebracao-reflexao#author>.

Adaptado.)

Atentando-se para o emprego da norma padrão no texto, observa-se o uso adequado da grafia do vocábulo destacado em “quem sabe os porquês e as razões de ser de sua existência”. Assinale a seguir a afirmativa que apresenta erro quanto ao registro ortográfico.

- (A) Essa foi a razão por que fiz tal escolha.
- (B) Ainda não foi esclarecido por que ele fez isso.
- (C) Simplesmente amo sua forma de agir; explicar por quê é complexo.
- (D) Estude, por que é necessário empenho para conquistar grandes objetivos.
- (E) Ele disse tais palavras por quê, se ainda não ouvira a outra versão dos fatos?

2. INSTITUTO CONSULPLAN - AUX (PREF GONÇALVES)/PREF GONÇALVES/SERVIÇO INTERNO E EXTERNO/2022

Assunto: Acentuação

Sumi porque só faço besteira em sua presença, fico mudo quando deveria verbalizar, digo um absurdo atrás do outro quando melhor seria silenciar, faço brincadeiras de mau gosto e sofro antes, durante e depois de te encontrar.

Sumi porque não há futuro e isso não é o mais difícil de lidar, pior é não ter presente e o passado ser mais fluido que o ar.

Sumi porque não há o que se possa resgatar, meu sumiço é covarde mas atento, meio fajuto, meio autêntico
Sumi porque sumir é um jogo de paciência, ausentar-se é risco e sapiência, pareço desinteressado, mas sumi



Raciocínio Lógico

1. Instituto Consulplan - TTI (CM Parauapebas)/CM Parauapebas/2022

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considerando que $A = 10$ e $B = 25$, analise as expressões a seguir.

I. $A < 10$ e $B > 15$
II. $A = 5$ e $B > 5$
III. $A = 10$ ou $B < 30$
IV. $A \leq 10$ e $B = 25$
V. $A < B$ ou $B < 15$

Assinale a associação correta.

- (A) I. Falsa II. Falsa III. Verdadeira IV. Verdadeira V. Falsa
(B) I. Verdadeira II. Falsa III. Falsa IV. Falsa V. Verdadeira
(C) I. Falsa II. Verdadeira III. Verdadeira IV. Verdadeira V. Falsa
(D) I. Verdadeira II. Verdadeira III. Falsa IV. Verdadeira V. Verdadeira

2. INSTITUTO CONSULPLAN - AUX (AMTT JI-PARANÁ)/AMTT JI-PARANÁ/ADMINISTRATIVO/2020

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Qual é a NEGAÇÃO da seguinte proposição lógica?

“Marcelo não sabe dirigir e Camila irá ensiná-lo.”

- (A) Marcelo sabe dirigir ou Camila irá ensiná-lo.
(B) Marcelo sabe dirigir e Camila não irá ensiná-lo.
(C) Marcelo sabe dirigir ou Camila não irá ensiná-lo.
(D) Marcelo não sabe dirigir e Camila não irá ensiná-lo.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - ZEL (AMTT JI-PARANÁ)/AMTT JI-PARANÁ/2020

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a seguinte proposição:

“Maurício não gosta de pessoas intolerantes no trânsito.”

Qual alternativa apresenta a NEGAÇÃO dessa proposição?

- (A) Maurício gosta de pessoas tolerantes no trânsito.
(B) Maurício gosta de pessoas intolerantes no trânsito.
(C) Maurício não gosta de pessoas tolerantes no trânsito.
(D) Maurício não gosta de pessoas não tolerantes no trânsito.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - MEI (PREF LINHARES)/PREF LINHARES/2022

Assunto: Argumentos - métodos decorrentes da tabela verdade

Analise as afirmativas a seguir.

- Se Ana disse a verdade, Caio e João mentiram;
- se João mentiu, Laura disse a verdade; e,
- se Laura disse a verdade, Linhares é um município do estado do Maranhão.

Como Linhares não é município do Maranhão, quem está mentindo?

- (A) Ana e Caio.
(B) Ana e Laura.
(C) João e Laura.
(D) Todos mentiram, exceto Laura.



Direito Administrativo

1. Instituto Consulplan - Res Jur (PGE ES)/PGE ES/2022

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Rodolfo, servidor público, exerce a função de chefia no órgão Y e tem competência para editar determinado ato administrativo. Tal competência, estabelecida por lei, admite delegação. Em 01/01/2022, Astolfo pratica um ato administrativo, no exercício de competência delegada por Rodolfo. De acordo com o entendimento jurisprudencial, levando em consideração o caso hipotético, a responsabilidade do ato administrativo praticado é de:

- (A) Rodolfo, a quem a lei confere diretamente a competência.
- (B) Astolfo, que praticou o ato no exercício de competência delegada.
- (C) Rodolfo, pois este tem responsabilidade pelos atos praticados através de sua delegação.
- (D) Rodolfo, pois deve revisar todos os atos praticados no exercício de competência por ele delegada.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - AG (CM PARAUAPEBAS)/CM PARAUAPEBAS/POLÍCIA LEGISLATIVA/2022

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

“A expressão ‘ato administrativo’ surge como sendo uma decisão de autoridade administrativa ou uma ação, um fato da administração que tenha relação com essas funções (...). Nos primórdios da doutrina francesa, o ato administrativo decorreria da separação entre a jurisdição e a administração, no sentido de fugir à apreciação dos tribunais judiciais (...). Para outros, a base da concepção de ato administrativo se encontra no ‘Estado de Direito.’” São considerados requisitos dos Atos Administrativos:

- (A) Sujeito; legalidade; forma; motivo; e, publicidade.
- (B) Competência; finalidade; forma; motivo; e, objeto.
- (C) Competência; interesse público; forma; e, solenidade.
- (D) Sujeito; discricionariedade; forma; motivação; e, objeto.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - EST DIR (PGE ES)/PGE ES/2022

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Newton é Secretário Estadual de Fazenda e, nessa condição, expediu um ato regulamentando a forma de requerimento de parcelamento do IPVA pelo cidadão. Podemos afirmar que este ato administrativo:

- (A) Goza de presunção de legitimidade.
- (B) Pode ser revogado, se Newton for incompetente.
- (C) Pode ser anulado por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) Goza do atributo da irrevogabilidade após decorrido cinco anos.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - ATU (IPASG)/IPASG/2021

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

Um ato administrativo de concessão de benefício de aposentadoria foi concedido sem que o servidor tivesse completado a idade mínima exigida pela legislação previdenciária. Nessa hipótese, o referido ato possui vício de:

- (A) Forma, devendo ser anulado.
- (B) Motivo, devendo ser anulado.
- (C) Objeto, devendo ser revogado.
- (D) Finalidade, devendo ser revogado.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - TEC (IPASG)/IPASG/PREVIDENCIÁRIO/2021

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

De acordo José dos Santos Carvalho Filho, “ato administrativo é a exteriorização da vontade dos agentes da Administração Pública ou de seus delegatários, nessa condição, que, sob regime de direito público, vise à



Direito Constitucional

1. Instituto Consulplan - Esp Gov (Funprev)/Funprev/Procurador Jurídico/2021

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

O sentido de constituição que remete ao conceito de constituição total é:

- (A) Político.
- (B) Jurídico.
- (C) Culturalista.
- (D) Sociológico.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - NER (TJ MS)/TJ MS/REMOÇÃO/2021

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

Liang Akame é pesquisadora no campo das Ciências Sociais, sendo um dos seus objetos de interesse a organização dos textos constitucionais nos diversos países do mundo. Ao se deparar com uma Constituição, em que parte do texto pode ser modificada por procedimentos mais simples e outra parte somente por procedimento com iniciativa e quórum especial e, portanto, com maior dificuldade, configura que essa Constituição deve ser classificada como:

- (A) Semi-rígida.
- (B) Semi-sintética.
- (C) Semi-outorgada.
- (D) Semi-democrática.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - ADV (CM BARBACENA)/CM BARBACENA/2022

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O Poder Constituinte tem a missão de editar uma Constituição, estabelecendo a organização jurídica basilar de um Estado. Assinale a alternativa que corretamente classifica o Poder Constituinte que detém o poder de elaborar uma nova ordem constitucional:

- (A) É inicial; ilimitado; autônomo; e, incondicional.
- (B) É inicial; originário; derivado; e, incondicionado.
- (C) É subordinado; limitado; autônomo; e, incondicionado.
- (D) É reformador; derivado; condicionado; e, revolucionário.

4. INSTITUTO CONSULPLAN - NER (TJ MS)/TJ MS/REMOÇÃO/2021

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

Lei Xiao Chen é parlamentar no Estado WW e pretende apresentar projeto para rever a Constituição do seu país por considerá-la desconectada com a realidade social local e mundial. Após contatar vários colegas parlamentares, verificou que sua proposta teria grande possibilidade de aprovação. O único ponto de debate seria o mecanismo que deveria ser utilizado para a reforma, tendo em vista a sua amplitude. Após amplo debate, concluiu-se que deveria prevalecer a tese da representação que, nos termos da doutrina constitucional prevalente, deve ser corporificada através de:

- (A) Eleição direta.
- (B) Plebiscito especial.
- (C) Referendo popular.
- (D) Assembleia Constituinte.

5. INSTITUTO CONSULPLAN - ALEG (CM ITABIRA)/CM ITABIRA/2022

Assunto: Dos Princípios Fundamentais da Constituição (arts. 1º a 4º da CF/1988)

Na Constituição Federal de 1988, a defesa da paz é reconhecida como um dos:

- (A) Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.



Noções de Administração Pública

1. Instituto Consulplan - TAdm (Pref Rosário L/Pref Rosário da L/2022)

Assunto: Administração

Considere um fascinante e variado grupo de administradores: uma executiva de um jornal; um treinador de basquete; e, um executivo de propaganda. Sabe-se que todos são administradores bem-sucedidos na carreira que escolheram. Podemos afirmar que o que eles têm em comum é o conceito de administração, que para todos é definido como:

- (A) Atividades que incluem a liderança e o controle.
- (B) O processo que resulta da excelência em eficiência.
- (C) Atividades que incluem o planejamento e a organização.
- (D) O processo de trabalhar com pessoas e recursos para realizar objetivos organizacionais.

2. INSTITUTO CONSULPLAN - OADM (PREF CAETÉ)/PREF CAETÉ/2022

Assunto: Competências e habilidades do administrador

Competência pode ser definida como a qualidade de quem é capaz de analisar uma situação, apresentar soluções e resolver assuntos ou problemas.

(Chiavenato, 2003.)

Sobre as competências e habilidades de um administrador, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) O gestor deve estabelecer e conservar redes de comunicação internas e externas à organização.
- (B) Monitorar e avaliar o desempenho das equipes e aplicar ações corretivas não são competências dos administradores.
- (C) Habilidades para trabalho em equipe, relações interpessoais e liderança são algumas das características necessárias a um bom administrador.
- (D) Dentre as competências de um administrador destaca-se a capacidade de conduzir, coordenar e liderar pessoas na execução das atividades propostas, a fim de atingir os objetivos traçados.

3. INSTITUTO CONSULPLAN - RES (PREF POA)/PREF POA/ADMINISTRAÇÃO/2021

Assunto: Papéis do Administrador

Ainda é bastante comum no Brasil a ocorrência de fatores que levam à perda da eficiência dos serviços públicos prestados à população: atendimento precário, má utilização de recursos públicos, baixa qualidade, dentre outros. A origem de muitos destes problemas pode estar conectada à falta de preparo, conhecimento técnico, ou dos limites impostos pela lei à atuação dos gestores públicos brasileiros; além disso, é essencial que estes tenham ciência da importância e da responsabilidade em cuidar do bem público e do bem-estar da população. Sobre as particularidades inerentes à atuação do gestor no âmbito da administração pública, analise as afirmativas a seguir.

- I. No aspecto organizacional, a gestão pública possui maior autonomia de atuação em comparação com a gestão privada.
- II. O gestor público tem a obrigação de cumprir fielmente com os preceitos do direito e da moral administrativa, que regem a sua atuação.
- III. Os resultados alcançados pela gestão pública, sejam eles bons ou ruins, não geram maiores consequências ou impactos políticos.
- IV. O gestor público possui autonomia decisória plena para colocar em prática suas ideias, planos, metas ou objetivos organizacionais.
- V. A gestão pública deve estar sempre orientada para que suas ações gerem resultados ou retornos financeiros economicamente mensuráveis.

Está correto o que se afirma apenas em

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I, II e III.



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX